

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei 14.133/2021)

Terceirização de Mão de Obra

Processo CPA nº 2025/169394

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de trabalhadores braçais e encarregado, com dedicação exclusiva de mão de obra, destinados ao atendimento de todos os prédios do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, localizados na 6ª Região Administrativa Judiciária (RAJ).

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (INC. I, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 2.1. Trata-se da contratação de empresa especializada para o fornecimento de mão de obra de apoio operacional, englobando ajudantes gerais, trabalhadores(as) com aptidão física para execução de serviços braçais e encarregado, destinados à execução de serviços auxiliares de apoio e manutenção predial.
- 2.2. A prestação dos serviços será solicitada pelas Administrações dos prédios das Unidades Administrativas e Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, localizados na 6ª Região Administrativa Judiciária (RAJ 6), abrangendo as comarcas integrantes da respectiva jurisdição administrativa.
- 2.3. A ausência de mão de obra específica nos prédios do Tribunal de Justiça, principalmente nas comarcas de menor porte, tem ocasionado a interrupção e descontinuidade de serviços essenciais, podendo, eventualmente, comprometer o regular andamento das atividades jurisdicionais. Essa deficiência acarreta transtornos diversos, como o fechamento temporário de salas de audiência, bloqueio de sanitários, desvio de rotas de acesso e outras ocorrências que impactam diretamente o funcionamento das unidades judiciárias e administrativas, bem como o atendimento ao público e o desempenho das funções pelos(as) magistrados(as) e servidores(as).
- 2.4. As Administrações Prediais das comarcas, em sua maioria, contam com equipes reduzidas e insuficientes, frequentemente compostas por servidores adaptados a funções diversas ou, ainda, dependentes de apoio eventual das prefeituras locais. Ademais, muitos dos reparadores e auxiliares de manutenção encontram-se em fase de aposentadoria, o que agrava a carência operacional e justifica a necessidade de contratação de empresa especializada para garantir continuidade, qualidade e eficiência na execução dos serviços.
- 2.5. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, considerando sua estrutura administrativa complexa e a ampla distribuição territorial de prédios sob sua responsabilidade, dividiu a prestação dos serviços em 9 (nove) lotes, correspondentes às Regiões Administrativas Judiciárias (RAJs), compreendendo da 2ª à 10ª Região Administrativa.
- 2.6. Neste contexto, cabe ao presente Estudo Técnico Preliminar detalhar a execução dos serviços a serem contratados especificamente para a 6ª Região Administrativa Judiciária (RAJ 6), abrangendo as comarcas integrantes da respectiva jurisdição

administrativa, conforme definido no Termo de Referência.

- 2.7. Por fim, a necessidade da contratação de empresa terceirizada decorre do fato de que não há mais realização de concursos públicos neste Tribunal para os cargos correlatos às funções pretendidas, tornando imprescindível a terceirização como medida de continuidade administrativa e eficiência na execução dos serviços prediais e operacionais.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Inc. II, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 3.1. A previsão para o ano de 2026 foi registrada sob o nº 1344/2026.

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Parágrafo único, art. 11, Lei 14.133/21)

- 4.1. A aquisição pretendida está alinhada com os Objetivos do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo 2021-2026:

“Objetivo 3 - Aumentar a satisfação pessoal e profissional dos agentes públicos no ambiente de trabalho.

Objetivo 8 - Aprimorar a governança da área de infraestrutura, contratos e abastecimento.

Objetivo 9 - Adequar infraestrutura física e otimizar o uso dos prédios e espaços.”

5. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO (§5º, art. 12, Provimento CSM nº 2.724/2023)

- 5.1. O Tribunal de Justiça de São Paulo não disponibilizou catálogo eletrônico de padronização no Portal da Administração.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inc. III, § 1º, art.º. 18, Lei 14.133/21)

- 6.1. A contratação deverá atender à necessidade de prestação contínua de serviços de apoio operacional braçal, com disponibilização de mão de obra terceirizada, de modo a assegurar a regularidade, a eficiência e a continuidade das atividades de suporte à infraestrutura predial dos edifícios do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, localizados na 6ª Região Administrativa Judiciária – RAJ 6.
- 6.2. O serviço a ser contratado caracteriza-se como serviço contínuo, essencial à manutenção do funcionamento regular das unidades administrativas e judiciárias, não podendo sofrer interrupções que comprometam o atendimento ao público, a realização de audiências, o uso adequado das instalações ou o desempenho das atividades jurisdicionais e administrativas.
- 6.3. A solução deverá contemplar a disponibilização de mão de obra com aptidão física e técnica compatível com a execução de atividades braçais, bem como 01 (um) encarregado, destinado à coordenação, supervisão e organização das equipes, assegurando a adequada distribuição dos serviços, o cumprimento dos prazos e a

observância dos padrões mínimos de qualidade definidos pela Administração.

- 6.4. Constitui requisito da contratação a observância do modelo regionalizado por polos, previamente definido pela Administração, contemplando as comarcas integrantes da 6ª RAJ, com comarca base em cada polo, de forma a otimizar os deslocamentos, reduzir custos operacionais, garantir cobertura integral da região e assegurar maior eficiência na execução dos serviços.
- 6.5. Deverá ser assegurada capacidade operacional, administrativa e logística compatível com a abrangência territorial do objeto, incluindo o planejamento e o gerenciamento dos deslocamentos entre as comarcas base e as demais unidades atendidas, sem ônus adicional à Administração.
- 6.6. Constitui requisito da contratação a observância de padrões mínimos de qualidade, eficiência e regularidade, devendo a execução ocorrer de forma contínua, organizada e compatível com as demandas apresentadas pelas Administrações Prediais, atendendo às ordens de serviço dentro dos prazos definidos.
- 6.7. É condição indispensável a conformidade integral com a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho, bem como com as convenções coletivas aplicáveis à categoria profissional, abrangendo o cumprimento das obrigações de natureza salarial e acessória e a disponibilização dos meios necessários à proteção dos trabalhadores.
- 6.8. Deverá ser prevista estrutura de gestão e comunicação com disponibilidade permanente para atendimento às solicitações das Administrações Prediais e às demandas da fiscalização do contrato, assegurando respostas tempestivas e encaminhamento eficiente das ordens de serviço.
- 6.9. A execução dos serviços deverá observar as normas de segurança, higiene, saúde ocupacional e preservação ambiental, adotando práticas que minimizem riscos aos trabalhadores, aos usuários das unidades e ao patrimônio público.
- 6.10. Deverá repor os funcionários faltantes de imediato, a fim de não comprometer a execução dos serviços. Havendo faltas sem reposição deverá ser providenciada a glosa da Nota Fiscal.
- 6.11. Constitui requisito da contratação a submissão da execução à fiscalização permanente da Administração, com atendimento às orientações e determinações técnicas necessárias ao adequado cumprimento do objeto.
- 6.12. A contratação deverá contemplar critérios de sustentabilidade, incluindo a gestão e destinação adequada de resíduos eventualmente gerados durante a execução, em conformidade com a legislação ambiental vigente.
- 6.13. Os requisitos ora estabelecidos visam assegurar que a solução contratada seja adequada à complexidade da estrutura administrativa do Tribunal de Justiça, compatível com a capilaridade territorial da 6ª RAJ e capaz de atender, de forma contínua e eficiente, às necessidades operacionais das unidades jurisdicionais e administrativas.

7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (Inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

7.1. Recebimento provisório

- 7.1.1. No 1º dia útil de cada mês, a CONTRATADA encaminhará a medição dos serviços prestados no mês anterior, ao/a Fiscal do contrato, por e-mail, elaborando um relatório para cada prédio – polo, conforme distribuição constante do **item 11.1**;
- 7.1.2. Em razão do recesso forense no período de 20.12 a 06.01, a medição, no mês de janeiro, deverá ser encaminhada pela CONTRATADA no 1º dia útil após o dia 06.01.
- 7.1.3. No prazo de 2 dias úteis o/a Fiscal de contrato realizará a devida conferência e informar à CONTRATADA por e-mail, se a Medição foi validada ou reprovada;
- 7.1.4. Medição validada: deverá a CONTRATADA emitir a fatura imediatamente e encaminhá-la ao Fiscal de contrato no 1º dia útil subsequente à comunicação dos valores aprovados;
- 7.1.5. Medição reprovada: deverá a CONTRATADA corrigir as inconsistências e representar o relatório ao Fiscal de contrato, reiniciando o prazo de 2 dias úteis, para conferência;
- 7.1.6. Os serviços considerados inadequados ou inconclusos pelo recebimento provisório ou definitivo deverão ser refeitos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da informação pelo CONTRATANTE.

7.2. Recebimento definitivo:

- 7.2.1. Para o ateste definitivo da nota fiscal, a CONTRATADA deverá encaminhar ao Fiscal Administrativo, até o dia 24 de cada mês ou em data anterior, caso o dia 24 incida em dia não útil, os documentos indicados nos itens 9.4.2.1 a 9.4.2.4 e subitens correlatos do Termo de Referência.

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO (Inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

- 8.1. O serviço terá início da execução em até 10(dez) dias corridos após a assinatura do contrato pela CONTRATADA, com a disponibilização da mão de obra terceirizada nos locais e quantidades discriminados no Termo de Referência;
- 8.2. O pagamento será mensal, de acordo com a prestação de serviços por posto/mês, em 30 dias da data do ateste da Nota Fiscal pelo gestor/gestora de contrato.

9. GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS (INC. III, art. 18, Lei 14.133/21)

- 9.1. Não se aplica sistema de garantia por se tratar de mão de obra continuada.

10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA (Inc. VIII, art. 18, Lei 14.133/21)

- 10.1. Considerando que o objeto do presente estudo possui padrões de desempenho e qualidade, assim como especificações usuais de mercado, logo, a modalidade de licitação será o Pregão, na forma eletrônica, o critério de julgamento menor preço e o modo de disputa aberto.

11. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Inc. IV, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

11.1. Para efeito de distribuição das equipes nas Comarcas da 6ª da Região Administrativa foram criados 04 (quatro) polos, a saber:

Distribuição das Equipes – 6ª Região Administrativa			
Polo 1	Entrância	Auxiliar Braçal	Encarregado
12ª CJ - São Carlos			
São Carlos (base) Área de Atendimento: Descalvado, Ibaté e Ribeirão Bonito	Final	2	0
43ª CJ - Casa Branca			
Casa Branca (base) Área de Atendimento: Caconde, Mococa, Santa Cruz das Palmeiras, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma e Tambaú	Intermediária	4	0
Polo 1 – Total		6	0
Polo 2	Entrância	Auxiliar Braçal	Encarregado
13ª CJ - Araraquara			
Araraquara (base) Área de Atendimento: Américo Brasiliense, Borborema, Iacanga, Ibitinga, Itápolis e Matão	Final	3	0
42ª CJ - Jaboticabal			
Jaboticabal (base) Área de Atendimento: Guariba, Monte Alto, Pirangi, Pitangueiras e Taquaritinga	Final	4	0
Polo 2 - Total		7	0
Polo 3	Entrância	Auxiliar Braçal	Encarregado
38ª CJ - Franca			
Franca (base) Área de Atendimento: Patrocínio Paulista e Pedregulho	Final	2	0
40ª CJ - Ituverava			
Ituverava (base) Área de Atendimento: Guará, Igarapava, Ipuã, Miguelópolis e São Joaquim da Barra	Intermediária	2	0
Polo 3 - Total		4	0
Polo 4	Entrância	Auxiliar Braçal	Encarregado
39ª CJ - Batatais			
Batatais (base) Área de Atendimento: Altinópolis, Brodowski, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia	Final	2	0
41ª CJ - Ribeirão Preto			
Ribeirão Preto (base) Área de Atendimento: Cajuru, Cravinhos, Jardinópolis, Pontal, Santa Rosa de Viterbo, São Simão, Serrana e Sertãozinho	Final	5	1
Polo 4 - Total		7	1
TOTAL GERAL DE POSTOS – 6ª REGIÃO ADMINISTRATIVA		24	1

- 11.2.** Com base na quantidade de equipes necessárias, bem como na complexidade e diversidade das atividades a serem executadas, foram estimadas as necessidades de pessoal em 24 (vinte e quatro) trabalhadores(as) braçais e 01 (um) encarregado(a), considerando-se critérios técnicos e operacionais que vão além da classificação por entrância.
- 11.3.** Para fins de dimensionamento da mão de obra, foram considerados, de forma cumulativa e integrada, os seguintes parâmetros:
- 11.3.1.** A classificação da entrância das Comarcas;
 - 11.3.2.** A extensão jurisdicional de demandas atendidas;
 - 11.3.3.** O porte da Comarca, avaliado a partir do volume de unidades judiciais e administrativas sob sua responsabilidade;
 - 11.3.4.** A quantidade de prédios e anexos vinculados a cada Comarca;
- 11.4.** Para efeito de estimativa, foram considerados 02 (dois) postos de serviço braçal para cada sede de Região Administrativa Judiciária (RAJ), bem como 01 (um) posto de serviço braçal para cada Comarca de entrância final, tendo em vista o maior porte estrutural, o volume de atendimento jurisdicional e a complexidade física dos prédios.
- 11.5.** Adicionalmente, foi acrescido 01 (um) posto de serviço braçal para cada grupo de até 06 (seis) prédios, dentro de cada polo de atendimento, considerando-se a necessidade de cobertura operacional contínua, a existência de fóruns e anexos distribuídos em diferentes endereços e a otimização dos deslocamentos das equipes.
- 11.6.** Foi previsto 01 (um) posto de encarregado por contrato, responsável pela supervisão, organização e acompanhamento das equipes, assegurando o adequado planejamento das atividades, a eficiência na execução dos serviços e a interlocução com a fiscalização contratual.
- 11.7.** Em todos os cálculos realizados adotou-se o critério de arredondamento para cima, de modo a evitar subdimensionamento da mão de obra e assegurar a plena cobertura das demandas operacionais. Nos polos em que se verifica a concentração de 04 (quatro) ou mais Comarcas de entrância intermediária e/ou final, foi acrescido 01 (um) posto adicional de serviço braçal, em razão do aumento do volume de serviços e da dispersão territorial.
- 11.8.** Por fim, para fins de cálculo e estimativa de pessoal, as Comarcas de entrância intermediária que exercem a função de sede de Circunscrição Judiciária (CJ) foram equiparadas às Comarcas de entrância final, considerando o maior porte físico, o número de prédios e anexos sob sua administração e a complexidade das atividades desenvolvidas.

12. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA (Inc. V, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 12.1.** O levantamento de mercado realizado para a presente contratação demonstra que a terceirização da mão de obra braçal constitui a solução mais adequada, eficiente e economicamente vantajosa para atender às necessidades permanentes e recorrentes do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP, especialmente no que se refere às atividades de apoio operacional, logística interna, movimentação de materiais, apoio

à manutenção predial e demais serviços de natureza braçal.

12.2. Da vantajosidade da contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra

12.2.1. A análise das alternativas de contratação para atendimento das necessidades de apoio operacional do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo evidencia que a modalidade de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, com pagamento mensal por posto de trabalho, mostra-se mais eficiente, econômica e adequada quando comparada à contratação baseada em hora trabalhada ou diária, especialmente para serviços de natureza permanente e recorrente.

12.3. Comparativo econômico entre contratação mensal e contratação por hora/dia

12.3.1. Conforme demonstrado na tabela abaixo, foi realizada pesquisa comparativa entre os modelos de contratação por hora/diária e por posto mensal, tendo sido analisadas contratações públicas que adotam o fornecimento de mão de obra braçal por diária ou por hora. Constatou-se que, quando projetados para o período mensal, os valores decorrentes dessas modalidades resultam em custos significativamente superiores àqueles praticados nos contratos de serviços continuados com pagamento mensal por posto de trabalho.

12.3.2. No que se refere ao posto de Braçal, os dados indicam valores mensais projetados, a partir de contratações por diária, que variam entre R\$ 3.586,00 e R\$ 6.553,80, com média mensal de R\$ 5.422,45.

12.3.3. Para o posto de Encarregado, considerando contratações por hora, os valores mensais projetados variam entre R\$ 6.849,92 e R\$ 9.662,40, resultando em média mensal de R\$ 8.437,44.

12.3.4. Em contraposição, conforme histórico contratual do próprio TJSP, a contratação mensal por posto, em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, apresentou valores significativamente inferiores, a exemplo do Contrato nº 000.024/2024, celebrado no âmbito da 1ª Região Administrativa Judiciária, cujos valores mensais apurados corresponderam a R\$ 3.649,76 para o posto de Braçal e R\$ 4.610,09 para o posto de Encarregado.

Posto: Braçal (Contratação por diária)

Órgão / Entidade	Pregão	Modalidade de Contratação	Valor Unitário (R\$)	Projeção Mensal (R\$)
Prefeitura de Ladário – MS	1758	Diária	280,00	6.160,00
Tangará da Serra – MS	012/2024	Diária	297,90	6.553,80
Laranja da Terra – ES	008/2024	Diária	245,00	5.390,00
Aracruz – ES	14/2024	Diária	163,00	3.586,00
Média apurada (Braçal – diária)				5.422,45

Posto: Encarregado (Contratação por hora)

Órgão / Entidade	Pregão	Modalidade de Contratação	Valor Unitário (R\$)	Projeção Mensal (R\$)
SINAPI	-	Hora	38,92	6.849,92
Paraibuna – SP	44/2024	Hora	54,90	9.662,40
Registro – SP	0001/2024	Hora	50,00	8.800,00
Média apurada (Encarregado – hora)				8.437,44

Referência – Contratação Mensal (TJSP)

Contrato nº 000.024/2024 – 1ª Região Administrativa Judiciária

Profissional	Quantidade	Modalidade	Valor Unitário Mensal (R\$)	Valor Total Mensal (R\$)
Braçal	176	Mensal por posto	3.649,76	642.357,76
Encarregado	9	Mensal por posto	4.610,09	41.490,81
Total mensal do contrato				683.848,57

12.3.5. Tal comparação evidencia que a contratação por hora ou diária onera a Administração, elevando o custo mensal do serviço sem agregar ganhos proporcionais de eficiência, continuidade ou qualidade.

12.4. Aderência à prática adotada no Poder Judiciário

12.4.1. A pesquisa de mercado realizada no âmbito do Poder Judiciário, abrangendo órgãos como CNJ, STF, STJ, Tribunais Regionais Federais (1ª a 5ª Regiões) e Tribunais Regionais do Trabalho, demonstrou que a forma predominante de contratação para serviços de apoio operacional e mão de obra braçal é o modelo de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, com medição e pagamento mensal por posto de trabalho.

12.4.2. Tal prática encontra-se consolidada por razões operacionais e econômicas, uma vez que esses órgãos demandam continuidade dos serviços, previsibilidade orçamentária, padronização da força de trabalho e pronta disponibilidade de pessoal, requisitos incompatíveis com modelos baseados em contratações esporádicas por hora ou diária.

12.5. Panorama do mercado e prática administrativa consolidada

12.5.1. A contratação de mão de obra braçal por meio de empresas especializadas é prática amplamente consolidada no âmbito da Administração Pública brasileira, sendo adotada de forma recorrente por órgãos dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, tanto na esfera federal quanto estadual e municipal.

12.6. Adequação da terceirização às necessidades do TJSP

12.6.1. As atividades de natureza braçal demandadas pelo TJSP possuem características operacionais específicas, tais como:

12.6.1.1. necessidade de pronta disponibilidade de mão de obra;

12.6.1.2. variação da demanda conforme volume de serviços, reformas, mudanças de layout, redistribuição de unidades e projetos institucionais;

12.6.1.3. atuação regionalizada, abrangendo múltiplas Comarcas, prédios e anexos;

12.6.1.4. serviços de apoio que não integram o núcleo das atividades finalísticas do Tribunal.

12.6.1.5. Diante desse contexto, a terceirização se mostra a forma mais eficiente de atendimento, pois permite:

12.6.1.6. flexibilidade na alocação dos postos, conforme a real necessidade de cada unidade;

12.6.1.7. rápida substituição de trabalhadores em casos de afastamentos, desligamentos ou faltas;

12.6.1.8. gestão operacional integral por parte da empresa contratada, sem sobrecarga administrativa para o TJSP.

12.7. Benefícios econômico-financeiros da terceirização

12.7.1. Sob a ótica econômico-financeira, a terceirização da mão de obra braçal apresenta vantagens relevantes quando comparada ou à ampliação de quadros próprios, destacando-se:

12.7.1.1. Previsibilidade orçamentária, uma vez que os custos são previamente definidos em planilha de formação de preços e pagos conforme os postos efetivamente contratados;

12.7.1.2. Redução de custos indiretos, pois a Administração não arca diretamente com encargos trabalhistas, previdenciários, rescisórios, afastamentos, férias, licenças, substituições e rotatividade de pessoal;

12.7.1.3. Mitigação de passivos trabalhistas, transferindo à empresa contratada a responsabilidade pela gestão de pessoal, observada a fiscalização contratual;

12.7.1.4. Economia administrativa, com diminuição de despesas relacionadas à gestão de recursos humanos, treinamento, controle de frequência e administração funcional;

12.7.1.5. Eficiência alocativa, permitindo ao TJSP concentrar seus recursos humanos próprios nas atividades finalísticas, jurisdicionais e estratégicas.

12.7.1.6. Além disso, a terceirização possibilita a adequação contínua dos custos à realidade econômica, por meio da aplicação de índices oficiais de reajuste, preservando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato sem comprometer a sustentabilidade orçamentária da Administração.

12.8. Diante do levantamento realizado, conclui-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra braçal é plenamente compatível com as práticas adotadas pela Administração Pública, encontra amplo respaldo no mercado fornecedor e se revela a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional, administrativo e econômico-financeiro.

12.9. A terceirização, portanto, atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, mostrando-se a solução mais adequada para suprir as necessidades do TJSP, com segurança jurídica, controle de custos e otimização dos recursos públicos.

13. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inc. IV, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

13.1. Para os cálculos de composição de preço dos profissionais desta contratação, com vistas à robustez da estimativa e validação dos parâmetros adotados, foram também analisadas as médias salariais praticadas em outros órgãos do Poder Judiciário, conforme detalhado no **item 12.3.4** deste Estudo Técnico Preliminar, constatando-se a compatibilidade dos valores com aqueles usualmente observados no mercado público para serviços de mesma natureza.

13.2. Para o cálculo da composição de preços da presente contratação, foram considerados, como principal referência, os valores constantes do **Contrato nº 000.024/2024**, cujo objeto consiste na prestação de serviços auxiliares de apoio operacional para os prédios

que compõem a 1ª Região Administrativa Judiciária (1ª RAJ), **por se tratar de contratação equivalente quanto ao escopo, à complexidade das atividades e às características técnicas dos serviços.**

13.3. Considerando que a referida contratação teve início no exercício de 2024, procedeu-se à atualização monetária dos valores de referência mediante a aplicação do IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), índice oficial adotado pela Administração Pública para recomposição inflacionária, de modo a refletir a realidade econômica vigente e assegurar a adequada estimativa do valor da futura contratação.

13.4. Referida contratação, iniciada no exercício de 2024, apresentou os seguintes valores globais:

Profissional	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Braçal	176	R\$ 3.649,76	R\$ 642.357,76
Encarregado	9	R\$ 4.610,09	R\$ 41.490,81
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS			R\$ 683.848,57

13.5. Considerando que os valores acima refletem preços praticados à época do início da execução contratual em 2024, faz-se necessária a atualização monetária para fins de estimativa da futura contratação, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro e refletir a realidade inflacionária vigente. Para tanto, adotou-se como índice de reajuste o IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Especial), por se tratar de índice oficial amplamente utilizado pela Administração Pública para recomposição inflacionária.

13.6. Aplicado o fator de atualização correspondente ao **IPCA-E** acumulado no período, equivalente a **1,0441**, os valores unitários mensais passaram a corresponder a:

Posto de Braçal:

Valor unitário atualizado = R\$ 3.649,76 × 1,0441 = **R\$ 3.810,71**

Posto de Encarregado:

Valor unitário atualizado = R\$ 4.610,09 × 1,0441 = **R\$ 4.813,39**

13.7. Para fins de estimativa da presente contratação, considerando o quantitativo projetado de **24 (vinte e quatro)** postos de **Braçal** e **01 (um)** posto de Encarregado, obteve-se a seguinte composição mensal de custos atualizados:

Profissional	Quantidade	Valor unitário mensal atualizado (R\$)	Valor mensal total (R\$)
Braçal	24	3.810,71	91.457,15
Encarregado	1	4.813,39	4.813,39
Valor mensal total estimado			96.270,54

13.8. Dessa forma, a estimativa preliminar do valor da contratação, com base em valores historicamente praticados no contrato anterior (contrato 000.024/2024), devidamente atualizados por índice oficial e ajustados ao quantitativo necessário, corresponde ao montante mensal de **R\$ 96.270,54 (noventa e seis mil, duzentos e setenta reais e cinquenta e quatro centavos)**, valor que se mostra compatível com os parâmetros de mercado e adequado à finalidade pretendida.

14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Inc. VII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

14.1. Serviços a serem executados, por área:

TRABALHADOR(a) BRAÇAL	
Serviços	Periodicidade
<ul style="list-style-type: none"> a) Organização e movimentação interna constante dos bens permanentes (novos e usados) armazenados no almoxarifado central para distribuição às Unidades Administrativas; b) Carregar e descarregar veículos com materiais diversos; c) Carregamento e descarregamento de móveis nos caminhões; d) Aposição de chapa patrimonial em bens novos recebidos para distribuição; e) Transportar móveis em geral, impressos, paletes carregados, prateleiras e outros equipamentos diversos e máquinas em geral; f) Embalar mobiliários, impressos e utensílios e materiais diversos a serem transportados; g) Separação, embalagem e movimentação de materiais de consumo diversos, distribuídos pelo almoxarifado central; h) Movimentação de bens entre prédios quando necessário; i) Movimentação dos bens destinados a leilão; j) Apoio na conferência dos estoques; k) Movimentações diversas de bens para melhor aproveitamento do espaço de armazenamento; l) Armazenar, transportar, separar, organizar e movimentar materiais de consumo e permanente; m) Carregamento de entulhos, previa e devidamente ensacados pelas próprias administrações solicitantes, para descarga em Ecopontos n) Demais atividades, inerentes à função, requisitadas pela equipe de gestão do contrato. 	A qualquer tempo

14.2. Os serviços dos(as) Encarregados(as) consistirão, primordialmente, na coordenação, orientação e supervisão das atividades relacionadas à mão de obra braçal. O(a) profissional designado(a) para a função deverá possuir domínio técnico das práticas e procedimentos inerentes à atividade, bem como daqueles previstos no escopo deste Estudo Técnico Preliminar. Além disso, deverá demonstrar capacidade técnica, experiência comprovada e aptidão física compatíveis com as atribuições do cargo, estando plenamente habilitado(a) a planejar, executar, acompanhar e supervisionar as seguintes atividades:

ENCARREGADO(A)	
Serviços	Periodicidade

<ul style="list-style-type: none"> a) Acompanhar equipes de mão de obra braçal na execução dos trabalhos; b) Planejar a quantidade necessária de trabalhadores(as) para a execução dos serviços dentro de um prazo mínimo determinado; c) Supervisionar o fluxo de serviços de modo a garantir eficiência e eficácia durante a execução destes; d) Avaliar e fiscalizar serviços de mão de obra braçal, identificando falhas e defeitos de execução, corrigindo-os; e) Trabalhar segundo normas técnicas de segurança do trabalho, produtividade, higiene e preservação ambiental, sempre supervisionando tais aspectos; f) Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função, incluindo-se as atividades de apoio braçal; g) Dispor de capacidade física e coordenação motora compatíveis com as exigências da função. h) Trabalhar segundo normas técnicas de segurança do trabalho, exigindo e fiscalizando o uso de EPIs. i) Os serviços que impeçam ou atrapalhem o funcionamento regular dos prédios, deverão ser realizadas fora dos horários de expediente do Tribunal de Justiça/SP. 	<p>A qualquer tempo</p>
---	--------------------------------

14.3. No escopo da contratação está prevista a execução dos serviços descritos no **item 14.1**, que deverão ser executados pela empresa contratada, não se tornando, entretanto, fator impeditivo ou restritivo para a realização de outros trabalhos necessários para propiciar a correta execução e preservação das instalações dos prédios do Tribunal de Justiça.

14.4. Os serviços que impeçam ou atrapalhem o funcionamento regular dos prédios, deverão ser realizadas fora dos horários de expediente do Tribunal de Justiça de São Paulo.

14.5. Quando verificada a impossibilidade de execução de serviços em dias úteis a CONTRATADA deverá providenciar a execução aos sábados, ou, em situações excepcionais aos domingos ou feriados;

14.6. Quando da execução dos serviços aos sábados, domingos e feriados não haverá pagamento adicional ao preço mensal contratado, mas, compensação de horário de trabalho durante o mês da execução dos serviços ou, caso se trate de final de mês, no mês subsequente, respeitando-se as Convenções Coletivas e Legislação vigente;

14.7. Todas as ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços são de responsabilidade da Contratada e estão normatizadas no Termo de Referência;

15. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

15.1. Da Necessidade do Quadro Funcional:

- 15.1.1.** O quadro de equipe terceirizado pretendido visa atender às unidades, conforme distribuição constante do Anexo III e divididos, para efeitos da licitação e controle, em 1 lote.
- 15.1.2.** A empresa contratada deverá fornecer mão de obra para atendimento das funções descritas no item 14.3.
- 15.1.3.** A quantidade de funcionários contratados será distribuída em equipes de funcionários, de maneira a atender aos polos, dentro das Regiões Administrativas, conforme tabela acrescentada no item 11.1 deste Estudo, resultado da avaliação da quantificação necessária para atendimento das necessidades dos prédios pertencentes à^a Região Administrativa Judiciária do Tribunal de Justiça.
- 15.1.4.** A empresa contratada será subordinada à SAAB 2.3 - Coordenadoria de Gestão de Contratos de Manutenção Predial, Oficinas e Mão De Obra Braçal, que fará a priorização e distribuição de equipes, conforme cronograma de atendimento às solicitações.

15.2. Faz-se necessário, como parte da solução:

- 15.2.1.** A equipe contratada prestará serviços a pedido das Administrações Prediais. As ferramentas e Equipamentos de Proteção Individual dos funcionários serão fornecidos pela empresa contratada.
- 15.2.2.** A empresa contratada deverá dispor da equipe com os EPIs necessários no posto-sede do Polo, ao prédio solicitante, de maneira a atender à solicitação de serviços em até 48 (quarenta e oito) horas, a partir da requisição da área gestora;
- 15.2.3.** A empresa contratada deverá dispor de equipes com os EPIs para atender às solicitações de urgência/emergência em até 24 (vinte e quatro) horas a partir da requisição da área gestora;
- 15.2.4.** A empresa contratadas deverão dispor de canais de comunicação para registro e atendimento às requisições, através de telefone, e-mail e/ou portal de atendimento na internet.

15.3. Logística Operacional, Responsabilidades de Deslocamento e Estimativa De Distâncias Entre Comarcas

- 15.3.1.** O transporte das equipes, bem como toda a logística necessária ao deslocamento dos trabalhadores para execução das Ordens de Serviço (OS), é de responsabilidade exclusiva da Contratada, sem ônus adicional à Administração.
 - 15.3.1.1.** Transporte diário ou eventual dos trabalhadores entre a comarca base (polo) e as demais comarcas atendidas;
 - 15.3.1.2.** Gerenciamento da rota, itinerário e horários;
 - 15.3.1.3.** Logística necessária para permitir atendimento dentro dos prazos contratuais (48h para atendimento geral e 24h para urgências/emergências);

15.3.1.4. Garantia de que as equipes estejam equipadas com EPIs no momento da saída da comarca base, sem necessidade de retorno para reposição de itens;

15.3.1.5. Responsabilidade por quaisquer despesas de deslocamento, incluindo quilometragem, pedágio e combustível.

15.4. Considerando que o modelo operacional adotado pelo Tribunal de Justiça baseia-se em polos regionalizados, onde cada polo possui uma Comarca Base responsável pelo atendimento de várias comarcas adjacentes, torna-se imprescindível demonstrar as distâncias médias aproximadas, a fim de permitir que as empresas licitantes dimensionem adequadamente:

15.4.1. A quilometragem mensal estimada;

15.4.2. O tempo médio de deslocamento;

15.4.3. Seus custos operacionais de logística.

15.5. Quadro de Distâncias entre Polos (Comarcas Base) e Comarcas Atendidas

15.5.1. As distâncias abaixo são estimadas com base no trajeto rodoviário principal entre os municípios, podendo sofrer pequenas variações conforme rotas alternativas, a saber:

POLO 1 – BASE: SÃO CARLOS & CASA BRANCA

Comarca Base: São Carlos	
Comarcas atendidas	Distância Estimada
Descalvado	26 km
Ibaté	10 km
Ribeirão Bonito	37 km

Comarca Base: Casa Branca	
Comarcas atendidas	Distância Estimada
Caconde	54 km
Mococa	46 km
Santa Cruz das Palmeiras	30 km
São José do Rio Pardo	63 km
São Sebastião da Gramma	74 km
Tambaú	38 km

POLO 2 – BASE: ARARAQUARA & JABOTICABAL

Comarca Base: Araraquara	
Comarcas atendidas	Distância Estimada
Américo Brasiliense	14 km
Borborema	84 km
Iacanga	50 km
Ibitinga	56 km
Itápolis	82 km
Matão	37 km

Comarca Base: Jaboticabal	
Comarcas atendidas	Distância Estimada
Guariba	21 km
Monte Alto	33 km
Pirangi	31 km
Pitangueiras	32 km
Taquaritinga	24 km

POLO 3 – BASE: FRANCA & ITUVERAVA

Comarca Base: Franca	
Comarcas atendidas	Distância Estimada
Patrocínio Paulista	23 km
Pedregulho	36 km

Comarca Base: Ituverava	
Comarcas atendidas	Distância Estimada
Guará	18 km
Igarapava	28 km
Ipuã	34 km
Miguelópolis	55 km
São Joaquim da Barra	27 km

POLO 4 – BASE: BATATAIS & RIBEIRÃO PRETO

Comarca Base: Batatais	
Comarcas atendidas	Distância Estimada
Altinópolis	38 km
Brodowski	15 km
Morro Agudo	41 km
Nuporanga	57 km
Orlândia	54 km

Comarca Base: Ribeirão Preto	
Comarcas atendidas	Distância Estimada
Cajuru	32 km
Cravinhos	17 km
Jardinópolis	22 km
Pontal	31 km
Santa Rosa de Viterbo	36 km
São Simão	36 km
Serrana	26 km
Sertãozinho	21 km

16. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Inc. VIII, §1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 16.1.** Neste contexto, cabe ao presente Estudo Técnico Preliminar detalhar a execução dos serviços a serem contratados especificamente para a 6ª Região Administrativa Judiciária (RAJ 6), abrangendo as comarcas integrantes da respectiva jurisdição administrativa, conforme estabelecido neste Termo de Referência.
- 16.2.** Sob o ponto de vista administrativo, o atendimento regionalizado reduz o deslocamento de equipes, otimiza a logística de execução e possibilita ao(a) gestor(a) melhor controle e distribuição dos serviços, garantindo maior eficiência quanto aos prazos e qualidade das entregas. Essa sistemática também permite a execução de serviços de menor porte em mais de uma comarca no mesmo dia, conforme a necessidade local.
- 16.3.** Considerando as justificativas apresentadas e a natureza operacional do objeto, não se aplica, para a contratação de equipe de braçais, a opção de parcelamento da contratação, sendo tecnicamente adequada a manutenção de 1 (um) lote único para a 6ª Região Administrativa Judiciária, de modo a assegurar a continuidade e a uniformidade dos serviços prestados.

17. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Inc. IX, 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 17.1.** A contratação de empresa para prestação de serviços braçais e encarregados tem como objetivo o apoio aos prédios do Tribunal de Justiça, atendendo diretamente às carências nessa área conforme descrito nos **itens 14.1 e 14.2**;
- 17.2.** Com a disponibilidade de serviços de braçais contratados diminuirá consideravelmente a dependência das Comarcas do apoio das prefeituras locais;
- 17.3.** A contratação de equipes de trabalhadores braçais evitará o deslocamento de funcionários de outras funções, agilizando, principalmente, o agendamento de serviços como mudanças de prédios e realocações de setores;
- 17.4.** Ainda, a existência de equipes contratadas possibilitará uma eficiência e rapidez maior na desocupação/ocupação de setores e prédios, contribuindo para um retorno mais rápido à prestação jurisdicional destes.

17.5. Da justificativa para o não parcelamento da contratação

- 17.5.1.** A opção pelo não parcelamento da presente contratação entre múltiplas empresas decorre de critérios técnicos, operacionais, administrativos e de economicidade, devidamente alinhados aos princípios que regem as contratações públicas, especialmente os da eficiência, padronização, planejamento, economicidade e gestão adequada do contrato.
- 17.5.2.** A execução dos serviços por equipes vinculadas a uma única empresa, dentro da área correspondente ao lote contratado, favorece a padronização dos procedimentos, métodos de trabalho e rotinas operacionais, assegurando maior uniformidade na prestação dos serviços de apoio operacional e mão de obra braçal em todas as unidades abrangidas.
- 17.5.3.** A contratação de uma única empresa responsável pela totalidade dos serviços no âmbito do lote possibilita:

17.5.3.1. Padronização das atividades executadas, dos fluxos operacionais e dos níveis de qualidade;

17.5.3.2. Uniformidade na capacitação, treinamento e orientação das equipes, evitando divergências de procedimentos entre diferentes prestadores;

17.5.3.3. Adoção de padrões únicos de segurança, saúde e organização do trabalho, reduzindo riscos operacionais e trabalhistas.

17.5.4. Essa padronização é essencial para garantir a qualidade contínua dos serviços, especialmente em um ambiente institucional complexo como o do TJSP, que abrange múltiplas Comarcas e unidades administrativas.

17.5.5. Sob o aspecto administrativo, o não parcelamento da contratação contribui significativamente para a simplificação da gestão e da fiscalização contratual, ao centralizar a interlocução administrativa em um único fornecedor, reduzindo o número de contratos, aditivos, fiscalizações e controles paralelos.

17.5.6. Tal medida minimiza riscos de conflitos operacionais entre empresas distintas atuando nos mesmos espaços físicos, facilita o controle de frequência, substituições e cobertura de postos, bem como assegura maior celeridade no atendimento às demandas emergenciais.

17.5.7. No que se refere à continuidade do serviço público, a execução dos serviços por uma única empresa permite melhor planejamento e distribuição da força de trabalho, garantindo cobertura integral das unidades atendidas, rápida reposição de mão de obra em casos de faltas, afastamentos ou desligamentos e maior flexibilidade na realocação das equipes.

17.5.8. Sob a ótica da economicidade, a contratação unificada evita a duplicidade de estruturas administrativas e operacionais, reduz custos indiretos e facilita a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, assegurando a utilização eficiente dos recursos públicos.

17.5.9. Diante do exposto, conclui-se que o não parcelamento da contratação se justifica plenamente por se tratar da alternativa que melhor atende aos interesses da Administração, assegurando padronização, eficiência operacional, continuidade dos serviços, facilidade de gestão e economicidade, sem prejuízo da competitividade do certame.

18. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO (Inc. X, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

18.1. Previamente à formalização da contratação, faz-se necessário o planejamento e a adoção de providências administrativas destinadas a assegurar a adequada execução dos serviços, bem como a integração operacional das equipes contratadas às rotinas das unidades atendidas.

18.2. Essas providências compreendem, quando necessário, a disponibilização de espaços físicos adequados, seguros e salubres, compatíveis com a permanência das equipes durante a jornada de trabalho, atendendo às condições mínimas de higiene, ventilação,

iluminação e organização, de modo a preservar a saúde, a integridade física e o bem-estar dos trabalhadores, bem como garantir a funcionalidade e a eficiência na prestação dos serviços.

18.3. Ressalta-se que tais providências não implicam ônus adicional à contratação, tampouco alteram o escopo do objeto, tratando-se de medidas administrativas internas voltadas à viabilização da execução contratual, em consonância com as atribuições institucionais das Administrações Prediais.

19. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Inc. XI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

19.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

20. IMPACTOS AMBIENTAIS (Inc. XII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

20.1. A(s) empresa(s) contratadas deverão acomodar adequadamente os resíduos gerados pela execução dos serviços, se responsabilizando pelo adequado descarte, encaminhando o material possível de reciclagem à correta destinação, conforme Decreto 10.936/2022;

21. POSSIBILIDADE DE COMPRA OU DE LOCAÇÃO DE BENS (art. 44, Lei 14.133/21)

21.1. Não se aplica em razão da natureza do objeto.

22. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO (art. 15 da Lei 14.133/21)

22.1. Considerando a natureza do objeto a ser contratado, não será permitida a participação em consórcio pois se trata de contratação de serviços aglutinados de mão de obra, cuja responsabilidade pela execução contratual será da empresa vencedora.

23. CUMPRIMENTO DAS RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

23.1. Artigo 2º da Resolução CNJ nº 255/2018:

23.1.1. A Contratada deverá cumprir a distribuição de vagas, de acordo com o último censo do IBGE, conforme quadro abaixo, quando se tratar prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva:

Sexo	Percentual
Homens	48%
Mulher branca	29%
Mulher preta	4%
Mulher amarela	1%
Mulher parda	17%

Mulher indígena 1%

1%

23.2. Artigo 8º da Resolução CNJ nº 401/2021.

23.2.1. Não se aplica por se tratar de prestação de serviços sem atendimento direto ao público.

24. PLANO DE RISCOS (inc. XIII, art. 2º, Provimento nº 2.724/2023)

24.1. O conteúdo do Plano de Riscos encontra-se apartado através do Processo CPA nº 2024/52705.

25. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

25.1. Identificação dos servidores responsáveis pelo planejamento da contratação:

Unidade solicitante	SAAB 2.3 – Coordenadoria de Gestão de Contratos de Manutenção Predial, Oficinas e Mão de Obra Braçal
Secretaria responsável	SAAB - Secretaria de Administração e Abastecimento
Diretoria responsável	SAAB 2 – Diretoria de Administração Predial
Gestor de Planejamento	Kelson Diniz do Nascimento – Supervisor SAAB 2.3 – Coordenadoria de Gestão de Contratos de Manutenção Predial, Oficinas e Mão de Obra Braçal
Equipe de planejamento da contratação	Rômulo Augusto dos Santos – Diretor SAAB 2 – Diretoria de Administração Predial Kelson Diniz do Nascimento – Supervisor da SAAB 2.3 – Coordenadoria de Gestão de Contratos de Manutenção Predial, Oficinas e Mão de Obra Braçal Mary Estela Del Negri Rodrigues Passerini – Chefe de Seção Judiciário - SAAB 2.3 - Seção de Execução de Contratos de Manutenção e Mão de Obra.

25.2. Identificação dos servidores responsáveis pela gestão do contrato (art. 72 do Provimento CSM nº 2.724/2023).

Gestor do Contrato	Kelson Diniz do Nascimento – Supervisor da SAAB 2.3 – Coordenadoria de Gestão de Contratos de Manutenção Predial, Oficinas e Mão de Obra Braçal
Suplente do Gestor do Contrato	Mary Estela Del Negri Rodrigues Passerini – Chefe de Seção Judiciário - SAAB 2.3 - Seção de Execução de Contratos de Manutenção e Mão de Obra.

26. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA (Inc. XIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 26.1.** A contratação de equipes de trabalhadores braçais e encarregado(a)s que englobe, de forma geral, as unidades do Tribunal de Justiça atende a uma demanda antiga e abrangente, que há muito, preocupa as Administrações prediais;
- 26.2.** A ausência de uma solução estruturada e uniforme para a execução dos serviços braçais resultou, ao longo do tempo, em assimetria na forma de atendimento das demandas, com impactos diretos na padronização dos procedimentos de execução, na qualidade dos serviços prestados e na capacidade de resposta das unidades frente às necessidades cotidianas de apoio operacional.
- 26.3.** Nesse contexto, a contratação ora proposta visa suprir de forma sistêmica e planejada as demandas de serviços braçais no âmbito da 6ª RAJ, promovendo a padronização dos procedimentos, a racionalização da alocação da mão de obra e o fortalecimento da atuação da SAAB 2.3 – Coordenadoria de Gestão de Contratos de Manutenção Predial, Oficinas e Mão de Obra Braçal, cuja capacidade de atendimento, até então, encontrava-se limitada pela disponibilidade funcional e pela inexistência de cobertura contínua e homogênea nas unidades da Região Administrativa.
- 26.4.** A implementação dessa contratação permitirá a execução organizada e contínua dos serviços braçais nas Comarcas abrangidas, proporcionando melhores condições físicas de trabalho nas unidades do Tribunal de Justiça, com reflexos diretos na eficiência administrativa, na organização dos ambientes e na melhoria do atendimento prestado a Magistrados(as), servidores(as) e ao público em geral.
- 26.5.** Dessa forma, conclui-se que a contratação em análise revela-se necessária, adequada e plenamente alinhada ao interesse público, contribuindo de maneira efetiva para o aperfeiçoamento da gestão administrativa e operacional no âmbito da 6ª Região Administrativa Judiciária, assegurando maior padronização, planejamento, eficiência e sustentabilidade na prestação dos serviços braçais, em consonância com as demandas regionais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

São Paulo, data registrada em sistema.